

“Década da colheita”: uma reflexão sobre as ações doutrinárias na igreja assembleia de deus na década de 1990*

Diogo da Silva Roiz**

André Dionei Fonseca***

1. Introdução

Muitos estudos têm buscado compreender as ações empregadas pelas instituições religiosas em momentos de pressões sociais. Destacam-se, nessa vertente, para o caso da Igreja Católica, os trabalhos de Augustin Wernet,¹ Ivan

* Trabalho desenvolvido junto ao projeto “O pentecostalismo no Brasil: abordagens e discussões teóricas”, apresentado originalmente como Trabalho de Conclusão do Curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Amambai, em 2008. Versões anteriores desse trabalho foram apresentadas na IV Semana de História, “Função da teoria na escrita da História”, do Departamento de História da UEMS, unidade de Amambai; no IV Congresso Internacional de Iniciação Científica (COINT-SEMESP); e no XV Encontro Regional de História de Minas Gerais (ANPUH-MG), todos de 2006. As contribuições recebidas foram, dentro do possível, incorporadas nesse texto.

** Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista CNPq. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Franca. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Amambai, em afastamento integral para estudos. E-mail: diogosr@yahoo.com.br.

*** Mestrando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Graduado em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: andredionei@yahoo.com.br.

¹ WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

Aparecido Manoel² e Michel Lagrée,³ que buscaram historiar (ainda que de diferentes perspectivas) o projeto de reação ao mundo moderno elaborado e praticado pela Igreja Católica entre 1800 e 1960, que ficou conhecido como Catolicismo Ultramontano.

O Ultramontanismo constitui-se em um plano político da Igreja, que se estruturou para criticar a Ciência, a Filosofia e as artes modernas, para condenar o capitalismo, a ordem burguesa, os princípios liberais e democráticos e todos os movimentos esquerdistas, como o socialismo e o comunismo. Essas ações provocaram agitações sociopolíticas, calcadas num objetivo central: colocar a Igreja novamente em um lugar proeminente na sociedade, como já havia sido na Idade Média europeia.⁴

Augustin Wernet, em seu estudo sobre a reforma do clero paulista empreendida por D. Antônio Joaquim de Melo (transição do chamado Catolicismo Iluminista ao Catolicismo Ultramontano), referiu-se à importância de se estudar as instituições religiosas de maneira interligada ao tempo e ao espaço presentes nas diferentes e/ou paralelas formas em que essas instituições se veem e se entendem; formas essas que, para o caso do catolicismo, ficaram conhecidas como “autocompreensões”. Conforme exemplifica o autor:

São diversas maneiras de auto-entendimento, diversas imagens que a Igreja, a “assembléia de cristão”, teve de si mesma; auto-compreensões marcadas pela superestrutura de cada época, seja nas suas formas institucionais, seja na sua linguagem e em seus modos de pensar.⁵

Assim, as autocompreensões da Igreja Católica, para Wernet (que se baseia em autores como Emile Poulat e Antônio Saucerrote) são como “tipos ideais”, ou seja, ‘construções mentais’ ou ‘imagens mentais’ para cuja elaboração se faz

² MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

³ LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a benção de prometeu*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

⁴ MANOEL, Ivan A, op. cit., 2004.

⁵ WERNET, Augustin, op. cit. p. 12.

necessário, exagerando elementos específicos da realidade, selecionar características dela e as ligar entre si num quadro mental relativamente homogêneo”.⁶

Ao estudar o desenvolvimento do Ultramontanismo, utilizando-se de documentos oficiais da hierarquia da Igreja (encíclicas, alocuções, cartas pastorais), pronunciamentos de membros do clero ou do laicato (artigos, discursos, conferências, cartas pessoais), além das interpretações de autores vinculados à religião católica, Ivan Aparecido Manoel demonstrou as dificuldades na utilização do conceito de “Catolicismo Ultramontano” para designar uma política homogênea por parte da Igreja Católica no período de 1800 a 1960. Para o autor, a persistência de algumas características ao longo desses 160 anos não indica uma homogeneidade e unanimidade no interior do clero católico, uma vez que existiram mudanças e alterações no período que revelam os limites do conceito de “autocompreensão”. Além disso, por ser um “tipo-ideal”, de acordo com ele, “tende a uma certa fixidez, como se as definições estruturadas em seu interior se referissem a realidades não passíveis de mudanças históricas”.⁷

Noutra perspectiva, Michel Lagrée,⁸ focando-se na França, procurou entender a diferença entre o “prescrito” pela Igreja e o “vivido” pelos fiéis no momento de desenvolvimento da política ultramontana. Para tanto, buscou unir as fontes institucionais (principalmente as encíclicas, textos de caráter normativo e regulamentar) às fontes impressas (as pregações impressas, os periódicos, como revistas e jornais eclesiais, cartas, entre outros). Assim, ao fazer o cruzamento entre seus conteúdos, Lagrée descortinou uma face do Ultramontanismo até então pouquíssimo conhecida: uma corrente de clérigos, jornalistas e escritores, denominada pelo autor de “turiferários”, que em pleno momento de vigor da política ultramontana, encontravam espaço para bendizer as inovações técnicas em nome do cristianismo, valendo-se

⁶ WERNET, Augustin, op. cit., p. 12.

⁷ MANOEL, Ivan A, op. cit., p. 11.

⁸ LAGRÉE, Michel, op. cit.

de um conjunto de justificações ideológicas, legitimadoras da modernização, em contraponto aos “praguejadores” ultramontanos, que atacavam incansavelmente as novidades advindas da modernidade.

Esses três trabalhos, apesar de trazerem propostas, metodologias e fontes distintas, contribuíram com importantes análises para o estudo aqui empreendido. Em Wernet, viu-se a importância de situarmos o quadro social em que se inserem as instituições religiosas e qual o seu entendimento (como esta se vê dentro desse quadro social), o que remete, conseqüentemente, aos projetos e ações institucionais que são, direta ou indiretamente, respostas ao momento histórico vivido. Com Ivan Manoel, observou-se que os projetos desenvolvidos por instituições religiosas nem sempre são homogêneos e aceitos em unanimidade, por mais longo que seja o período de desenvolvimento e por mais que muitas características se mantenham. E, por fim, com Lagrée notou-se a proficuidade de se confrontar as fontes institucionais (encíclicas, textos de caráter normativo e regulamentar, entre outros) com as fontes impressas (jornais, revistas, etc.), no intuito de se perceber como se deram os debates em torno das ordens superiores impetradas pelos projetos institucionais.

Seguindo a metodologia desses autores, este estudo se focou em um aspecto polêmico e preponderante na Igreja Assembleia de Deus:⁹ as doutrinas de “usos e costumes”.¹⁰ Buscou-se, assim, situar essa instituição dentro do “campo religioso” brasileiro e apreender como a AD montou suas táticas (por meio do projeto “Década da Colheita”) em resposta às pressões sociais sofridas na década de 1990. Ao entender que as principais bases desse projeto não foram recepcionadas de forma homogênea pelos muitos ministros da Igreja, na seqüência passamos à análise dos principais momentos de

⁹ Doravante, AD.

¹⁰ Por doutrinas de “usos e costumes”, entenda-se: normas que versam sobre aspectos cotidianos dos fiéis, como: trajes, maquiagens, corte de cabelo, utilização de certas tecnologias, etc. Para maiores detalhes, ver: “usos e costumes” (verbete) In: ARAUJO, Isael. **Dicionário do Movimento Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007, p. 879-891.

desenvolvimento do mesmo e dos muitos debates (“liberais” x “conservadores”) em torno do conservadorismo, no quesito “usos e costumes”, num período em que essa instituição se articulava para uma megaexpansão no Brasil.

Entretanto, é importante ressaltar que este trabalho não tem a intenção de entender o projeto “Década da Colheita”, da Igreja Assembleia de Deus, como uma “autocompreensão” à maneira como o conceito foi utilizado para se compreender a instituição católica. Entende-se, apenas, que a mobilização assembleiana tem muitas similaridades com o projeto do catolicismo ultramontano tanto no plano das táticas (ação pautada no conservadorismo), dos objetivos (luta por um *status* ameaçado, crescimento e legitimação) e do desenvolvimento (tensões entre liberais e conservadores), como nos resultados (rearranjo doutrinário), o que nos permitiu (salvaguardando as diferenças entre as duas instituições) seguirmos parte da metodologia dos autores mencionados.

No que se refere às fontes, são bem conhecidas as dificuldades encontradas pelos historiadores que se propõem a pesquisar as denominações pentecostais. O sociólogo Paul Freston, em publicação da década de 1990, apontou alguns fatores que dificultavam as pesquisas sobre o pentecostalismo. Segundo esse sociólogo, há relativa escassez de fontes escritas e os poucos registros existente são de difícil acesso, sendo que em alguns casos até mesmo as entrevistas são dificultadas devido à rejeição existente entre os pentecostais às interpretações das “ciências do homem”.¹¹

Para a realização deste trabalho procuramos utilizar uma grande variedade de fontes impressas da AD. Primeiramente, o livro *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*,¹² desenvolvido por uma equipe da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) (imprensa oficial da AD) e publicado em 2004, em

¹¹ FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro, 1994. In: ANTONIAZZI, Alberto. **Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 68-69.

¹² DANIEL, Silas. et al. **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

comemoração ao Jubileu de Diamante da *Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*¹³. Esse impresso traz ricas informações sobre as principais discussões entre os líderes assembleianos, permitindo o acesso às deliberações doutrinárias e ao entendimento do contexto em que os convencionais fizeram suas escolhas.

Foram utilizados também o jornal *Mensageiro da Paz*, a revista *Obreiro* e livros de história das Assembleias de Deus, escritos por memorialistas da própria Igreja. Outra importante fonte para a realização deste trabalho foi a revista *Lições Bíblicas*, por ser um instrumento de divulgação estratégico na AD, conforme demonstraremos com mais detalhes no decorrer deste artigo.

Para a instrumentalização teórico-metodológica das referidas fontes, além do referencial de Ivan Manoel (principalmente na utilização de textos normativos) e de Michel Lagrée (na ligação destes textos oficiais aos artigos de jornais e revistas), utilizou-se também a noção de *representação* do historiador francês Roger Chartier.¹⁴ As representações sociais são, segundo Chartier, determinadas pelo grupo que as forjam e, portanto, percepções do social, discursos que produzem práticas e buscam legitimar ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Elas só têm sentido se comandarem práticas que resultam na construção de um mundo social e de uma identidade.¹⁵ Nesse sentido, as fontes selecionadas nos permitem analisar as percepções do social por parte da liderança assembleiana e as escolhas e condutas emanadas dessas percepções, por meio das “práticas culturais” que buscavam a construção de

¹³ Doravante CGADB.

¹⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991, p. 184.

¹⁵ CHARTIER, Roger, op. cit., p. 17-18.

uma “identidade”. O sociólogo Pierre Bourdieu,¹⁶ por sua vez, contribuiu com a noção de “campo religioso”, imperativa no entendimento da movimentação religiosa no Brasil na década de 1990.

2. O projeto “Década da Colheita”

No caso do Brasil, na década de 1990, a dimensão teórica (da disputa acirrada dos bens de salvação, sob a lógica do mercado concorrencial) discutida por Pierre Bourdieu alcançou o seu ápice de operacionalidade.¹⁷ De fato, não são poucos os que se preocuparam em estudar o momento de inflexão no “campo religioso” brasileiro na década de 1990. Diante disso, o *boom* dos neopentecostais,¹⁸ a perda de fiéis por parte da Igreja Católica¹⁹, o forte avanço da Renovação Carismática Católica,²⁰ os movimentos da chamada Nova Era,²¹ a desinstitucionalização religiosa,²² a estagnação dos protestantes históricos²³ e também (segundo os dados censi-

¹⁶ BOURDIEU, Pierre (Org.) Algumas propriedades do campo. In: **Questões de Sociologia**, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004. BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

¹⁷ MEZZOMO, Frank. A. O campo religioso em questão: Uma abordagem teórica metodológica. In: DHIEL, Astor Antonio. (Org.). **Fascínios da História II**. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 188.

¹⁸ MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Revista Estudos Avançados**, v. 18, n. 52. São Paulo: 2004, p. 121-138. MARIANO, Ricardo. **Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo.

¹⁹ SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à “cultura católico-brasileira” In: ANTONIAZZI, Alberto. Op. cit.

²⁰ VALLE, Edênio. A Renovação Carismática Católica: algumas observações. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, dez. 2004, p. 97-107.

²¹ AMARAL, Leila. Visão Nova Era – Uma ontologia da Comunicação. **Cadernos do Ibrades** Atualidade Em Debate, Ibrades. Rio de Janeiro, v. 44, p. 17-39, 1997.

²² MAGNANI, José Guilherme. *Mystica Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

²³ “Bye bye, Brasil”: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Revista Estudos Avançados**, v.18, n. 52, 2004, p. 17-28.

tários) das religiões afro-brasileiras,²⁴ o trânsito religioso de fiéis por variadas formas de cultos²⁵ e os “alarmantes” dados censitários²⁶ foram assuntos debatidos pelos estudiosos da religião nas duas últimas décadas do século XX.

Foi durante esse período, nos anos de 1990, no interior dessas disputas pelo poder, que a AD teve como principal meta o aumento do número de fiéis e a manutenção dos que permaneciam no rol de membros, como forma de manter sua posição de maior igreja pentecostal do país. Todavia, de um lado, enfrentava a concorrência na oferta de “bens simbólicos” (cura, prosperidade, descarrego, etc.), sobretudo com o aumento brutal das igrejas neopentecostais,²⁷ e, de outro, amargava a desvantagem frente ao modelo doutrinário neopentecostal, com maior liberdade litúrgica (culto/shows), desprendimento peremptório dos tradicionais sistemas de “usos e costumes” pentecostais (roupas, maquiagem, televisão, etc.).

Devido às características de outras igrejas pentecostais e do surgimento de novas religiões, criou-se no interior da AD um projeto institucional de crescimento, na tentativa não só de demarcar seu lugar no “campo religioso” brasileiro, como também de alargamento da participação nesse mercado na década de 1990.

²⁴ ANTONIAZZI, Alberto, op. cit.

²⁵ SANCHIS, Pierre. Religiões, religião... Alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro. In: SANCHIS, Pierre. (Org.). **Fiéis e cidadãos** – percursos de sincretismos no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

²⁶ FERNANDES, Rubem César. **Censo Institucional Evangélico 1992**. Rio de Janeiro: ISER, 1992. PIERUCCI, Antônio Flávio, op. cit. ANTONIAZZI, Alberto, op. cit.

²⁷ O pentecostalismo no Brasil foi recentemente dividido por pesquisadores em três ondas: “Pentecostalismo Clássico” (abrange o período de 1910 a 1950, com a fundação da Congregação Cristã no Brasil [1910] e da Assembleia de Deus [1911]), “Pentecostalismo neoclássico” (a partir da década de 1950, com a criação da Igreja do Evangelho Quadrangular [1951] e logo da Brasil Para Cristo [1955] e da Deus é Amor [1962], além de muitas outras de menor porte). “Pentecostalismo Neopentecostal” (a partir da metade dos anos de 1970, com a Universal do Reino de Deus [1977], a Internacional da Graça de Deus [1980], a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra [1976] e a Renascer em Cristo [1986], entre outras). Cf.: FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto, op. cit.

Atenta à movimentação religiosa pela qual já passava o país desde a segunda metade da década de 1980 e preparando-se para os desafios da década de 1990, a liderança assembleiana realizou uma Assembleia Geral Extraordinária em 1989, na qual foi debatida a arregimentação das Assembleias de Deus no Brasil para o projeto “Década da Colheita”, a iniciar-se em janeiro de 1990, juntamente às igrejas coirmãs em todo o mundo.²⁸

O “Década da Colheita” foi um projeto para arregimentação de membros, formulado pelo Comitê Mundial das Igrejas Assembleias de Deus. A reunião do referido comitê para a implementação do projeto de alcance mundial ocorreu em agosto de 1989, por ocasião do aniversário da AD dos Estados Unidos (que naquele ano completava 75 anos) na cidade de Indianápolis, estado de Indiana.²⁹

Pela representatividade da AD do Brasil, José Wellington (então presidente da CGADB) foi convidado a participar do Comitê Mundial, com a responsabilidade de pôr em prática cinco metas, previamente estabelecidas para o Brasil – naquela data notoriamente reconhecido como o maior país pentecostal do mundo. Tais metas eram ousadas, mesmo em um país onde o pentecostalismo acumulava vultosas cifras de crescimento. Por isso, não economizando no otimismo, o Comitê Mundial esperava da AD do Brasil a realização das seguintes medidas:

- 1) Criar no Brasil uma Cadeia de Oração: três milhões de brasileiros orando pela “Década da Colheita”;
- 2) Iniciar o ano de 1990 com um grande trabalho de evangelização, utilizando-se de todos os meios: jornais, rádio, televisão, folhetos, praças, telefone, casa em casa, hospitais, etc. com o propósito de chegar ao ano 2000 com cerca de 50 milhões de membros;
- 3) Formar novos obreiros;
- 4) Implantar novas igrejas;
- 5) Enviar novos missionários.³⁰

²⁸ Edital de convocação da CGADB para Assembleia Geral Extraordinária. **Jornal Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 1.231, ago. 1989, p. 1.

²⁹ AD dos Estados Unidos comemora Jubileu de Diamante. **Jornal Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 1.231, ago. 1989, p. 23.

³⁰ Metas estabelecidas para a Assembleia de Deus do Brasil pelo Comitê Internacional do Projeto Década da Colheita. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. et al. op. cit., p. 530.

Com o objetivo de alcançar essas metas, a Assembleia Geral Extraordinária da CGADB, reunida em 1989, apressou-se em organizar uma comissão nacional para o projeto “Década da Colheita”. À comissão coube a tarefa de estudar planos concretos e apresentar o resultado dos estudos na Assembleia Geral da CGADB de 1990.³¹

No ano de 1990, a Convenção, novamente reunida, definiu os traços elementares do projeto na segunda sessão convencional, realizada na manhã do dia 8 de janeiro. Após a leitura, pelo pastor Valdir Bicego, de um relatório com as principais metas do projeto, o assunto foi “discutido exaustivamente”³² por muitos convencionais.

Após os muitos debates, o anteprojeto foi encaminhado ao plenário pela comissão que havia sido instituída na Assembleia Geral Extraordinária em Salvador e aprovado.³³ As metas do projeto “Década da Colheita” no Brasil seguiam, em linhas gerais, as ousadas propostas do Comitê Internacional da Década da Colheita: a) organizar três milhões de intercessores; b) ganhar 50 milhões de novos fiéis; c) preparar 100 mil obreiros para a evangelização; d) estabelecer 50 mil novas igrejas em todo o Brasil; e) e enviar novos missionários para outras nações.³⁴ Para tanto, uma mobilização nacional foi planejada a fim de espalhar pelo país os novos planos da Igreja. Para a devida divulgação do projeto foram preparados 100 mil cartazes e três milhões de folhetos evangelísticos para os convencionais levarem às suas cidades, como forma de incentivo, na realização da “força conjunta nacional”, em prol do projeto.³⁵

O projeto “Década da Colheita” era constituído de 18

³¹ 1ª Assembleia Geral Extraordinária. CGADB entra na Década da Colheita. In: DANIEL, Silas. et al. Op. cit., p. 529-531.

³² Ata da reunião de 8 de janeiro de 1990. Transcrição In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 541-544.

³³ Idem, p. 541.

³⁴ A Década da Colheita. Jornal **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, ano LX, n. 1.238, mar. 1990, p. 11.

³⁵ Ata da reunião de 8 de janeiro de 1990. Transcrição In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 541.

itens, publicados na íntegra no Jornal *Mensageiro da paz* de fevereiro de 1990. No projeto, os convencionais demonstraram primeiramente a preocupação com a diminuição dos cultos “públicos”, (aqueles realizados nas praças e nas calçadas das principais ruas e avenidas), uma característica dos assembleianos que vinha perdendo força nos anos de 1980. Além disso, os convencionais conclamaram enfaticamente que a restauração dessa modalidade de reunião deveria passar pela reordenação da liturgia.

Pedia-se que, em nome dos objetivos do projeto “Década da Colheita”, as igrejas dessem ênfase ao “aspecto evangelístico” nos cultos, priorizando os testemunhos legítimos, as manifestações dos dons, além da reserva de tempo que fosse suficiente para a pregação.³⁶ Solicitava-se também o redirecionamento das atividades das igrejas, evitando-se o excesso de festas, ensaios dos grupos musicais e outros programas, para que esse tempo fosse ocupado exclusivamente com a evangelização, oração e ensino bíblico, com pelo menos três reuniões diárias – manhã, tarde e noite.³⁷ Outras propostas incluíam ainda:

[...] retorno à prática sistemática da oração, jejum e ensino da Palavra, partindo o exemplo da liderança [...] criação de uma página no *Mensageiro da Paz* para a Década da Colheita [...] subsídios às igrejas [...] realização de seminários [...] em nível local, estadual e regional, enfatizando o crescimento da igreja [...] provi[mento]de literatura específica sobre o tema [...] prepara[ção] [de um] compêndio sobre a Década da Colheita [...] criação do logotipo alusivo à Década da Colheita, para ser veiculado no *Mensageiro da Paz*, nos papéis timbrados, envelopes e outros materiais burocráticos da CGADB, CPAD e igrejas [...] prerrepara[ção] [de] folhetos específicos para a evangelização, com linguagem inteligente, curta e objetiva [...] fornecer orientação sobre o uso dos meios de comunicação para a divulgação do Evangelho [...] sugerir métodos, objetivos e aferição do desempenho para aplicação na igreja local [...] treinamento de evangelistas leigos para que [fos-

³⁶ Projeto para Década da Colheita. Jornal **Mensageiro da Paz**. Rio de Janeiro, ano LX. n. 1.237, fev. 1990, p. 15.

³⁷ *Ibidem*.

sem] utilizados no evangelismo e discipulado, dividindo-os em grupos pela manhã, tarde e noite, e ajudando-os financeiramente [...] liberação de evangelistas que estão pastoreando, para que estes se dediquem exclusivamente ao evangelismo e ao treinamento por tempo integral, com o devido sustento [...] destinação de pelo menos 50% da receita de cada igreja, durante a Década da Colheita, para que sejam administrados e aplicados localmente em tarefas evangelísticas, tais como: compra/impressão de folhetos para evangelização; distribuição de jornais com mensagens evangélicas e testemunhos; uso da mídia; veículos com serviço de som nas ruas e praças; faixas e cartazes alusivos aos trabalhos evangelísticos; salário dos evangelistas de tempo integral e ajuda de custo aos leigos que realizarem tarefa semelhante em determinado período do dia; envio de correspondências evangelísticas e de recepção aos novos convertidos, bem como aos desviados [...] colaboração com a CGADB em seus projetos evangelísticos [...] Definição [das] fontes de custeio para as atividades da coordenação geral da Década da Colheita: recursos da CGADB; contribuição das convenções regionais; 50% da renda líquida dos seminários realizados pela coordenação; contribuição voluntária das igrejas.³⁸

Como se pode observar, o projeto, além de enrijecer a liturgia (menor número de festas, de espaço para a execução de hinos, maior tempo de pregação e testemunhos) e cobrar um maior envolvimento dos membros também fora da Igreja (evangelização, jejum, oração), não abriu espaço para discussões sobre os “usos e costumes”, por mais que no encontro em que se deu sua aprovação alguns convencionais tivessem ressuscitado esse tema, há tanto tempo esquecido pela convenção, conforme atestam as atas dessas reuniões.³⁹

O projeto demonstra que a tentativa de crescimento da Igreja foi planejada numa plataforma conservadora. De fato, ao se analisar os 18 itens do projeto, não se percebe nenhuma maleabilidade, mas o contrário: parecia haver uma tentativa de crescimento pela via única da evangelização extensiva

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Convenção Geral de 1990. Usos e costumes em pauta In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 544.

e reafirmação da postura assembleiana sobre seus costumes tradicionais. Um exemplo disso pode ser ilustrado na seguinte constatação: se no encontro do Comitê Internacional das Assembleias de Deus, na cidade de Indianápolis, dentro das metas propostas para a AD do Brasil, falava-se em utilização de todos os meios de comunicação para a evangelização (jornais, rádio, televisão, folhetos),⁴⁰ o projeto aprovado pela CGADB em 1990 limitou-se a indicar o “uso da mídia; veículos com serviço de som nas ruas e praças; faixas e cartazes alusivos aos trabalhos evangelísticos”,⁴¹ fugindo ao indicativo da utilização da televisão. Disso, depreende-se que mesmo estando a AD num momento em que se arquitetava um forte crescimento da Igreja, o rigor doutrinário ainda freava medidas abruptas de mudança nos aspectos basilares dos “usos e costumes”.⁴²

3. O desenvolvimento do projeto: lutas entre “liberais” e “conservadores”

Como observa Antonio Mendonça, quanto maior a rigidez dogmática maiores são as chances de divergências no interior da religião instituída. Para esse estudioso, “religião instituída” é aquela que atingiu o máximo em sua construção dogmática, considerando que a mesma formou poderosa elite intelectual capaz não somente de sustentar seus símbolos, mas também de oferecer alternativas quando esses símbolos são contestados.⁴³

⁴⁰ Metas estabelecidas para a Assembléia de Deus do Brasil pelo Comitê Internacional do Projeto Década da Colheita. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 530.

⁴¹ **Projeto Década da Colheita**. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 543.

⁴² Sobre os debates em torno da televisão na AD, cf.: FONSECA, André Dionei; ROIZ, Diogo da Silva. As representações da Igreja Assembléia de Deus sobre a televisão entre 1960 e 2000. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. II, p. 185-205, 2009. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/artigo.html/>>.

⁴³ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A experiência religiosa e a institucionalização da religião. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 29-46, 2004.

No caso da AD, um dos canais mais privilegiados para sustentação de seus “símbolos” e formulação de alternativas em momentos de inflexão foram os materiais impressos. Exemplo disso é o jornal *Boa Semente*, precursor do jornal *Mensageiro da Paz*, que teve sua primeira edição em 1919, e também a criação da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) em 1937. A AD sempre se preocupou com a imprensa, muito valorizada por suas vantagens na propagação de mensagens. Conforme Joanyr de Oliveira:

Desde os primórdios das Assembléias de Deus, sua liderança esteve consciente da importância da literatura como veículo doutrinário e evangelístico [...] os jornais a serviço da igreja [...] eram modestos graficamente, mas sempre tiveram presença marcante na consolidação da igreja.⁴⁴

Durante os anos de 1990 os principais periódicos da AD se colocaram a serviço do projeto “Década da Colheita”. O jornal *Mensageiro da Paz* passou a publicar uma coluna fixa denominada “A Década da Colheita”, na qual eram veiculadas notícias e informações sobre o projeto, enquanto *A Seara*, revista tradicionalmente pluritemática, teve seu nome alterado para *Seara* e passou a atender especificamente aos serviços de evangelização. Outro impresso que teve importante contribuição na propagação dos objetivos do projeto “Década da Colheita” durante toda a década em questão foi a revista *Lições Bíblicas*,⁴⁵ destinada à Escola Dominical.

⁴⁴ OLIVEIRA, Joanyr de. **As Assembléias de Deus no Brasil**: sumário histórico ilustrado. Rio de Janeiro: CPAD, 1997, p. 143.

⁴⁵ A revista *Lições Bíblicas* era publicada trimestralmente pela editora CPAD como forma de apostila para a Escola Dominical e trazia textos escritos pela Divisão de Educação Cristã – eleita pela CGADB. A revista, de caráter estritamente pedagógico, era dividida em capítulos, cada qual chamado de *lição* (em média 12 capítulos por número). Havia uma revista direcionada para o aluno e uma para o professor, com textos que apresentavam uma linguagem acessível e uma divisão uniforme de tópicos. A revista do aluno apresentava a seguinte divisão: *verdade prática, texto áureo, leitura diária, leitura em classe, comentário, questionários*. Já com textos mais longos e mais detalhados, a revista do professor trazia, além dos tópicos acima mencionados, os seguintes itens: *vocabulário, objetivos da lição, ensinamentos práticos* (instrumentos que auxiliavam o professor na centralização da mensagem de cada lição). A tiragem da revista nas décadas de 1980 (chegando à casa de um milhão) e 1990 (margeando dois milhões) foi um sucesso, a ponto de ser o grande filão comercial da editora CPAD, que, por essas extraordinárias

A Escola Dominical era estrategicamente importante no direcionamento do olhar dos membros aos principais acontecimentos, na discussão das bases doutrinárias da Igreja e na manutenção da identidade assembleiana. Antonio Gilberto, importante nome do Departamento de Educação Cristã,⁴⁶ dimensionou o valor dado a esses encontros dominicais pela liderança assembleiana, como deixam claras suas palavras abaixo:

A Escola Dominical é a escola do ensino bíblico [...] ela não é parte da Igreja, é a própria Igreja ministrando ensino bíblico metódico. A Escola Dominical é um ministério para alcançar crianças, jovens, adultos, a família e a comunidade inteira [...] ela é a única escola de educação religiosa popular de que a Igreja dispõe. A Escola Dominical, funcionando devidamente, é o povo do Senhor, no dia do Senhor, estudando a Palavra do Senhor na casa do Senhor.⁴⁷

A importância da Escola Dominical para a propagação das mensagens e doutrinas assembleianas é fruto do modelo de organização dessas reuniões, pois nesses encontros os textos que compunham a revista *Lições Bíblicas* eram apresentados por um professor que, de posse de uma revista exclusivamente destinada ao mestre, buscava conduzir os debates dentro dos ditames pré-determinados pelos editores. O sociólogo Francisco Cartaxo Rolim foi um dos estudiosos que destacou a forma hierarquizada de transmissão das mensagens nas escolas dominicais. De acordo com Rolim, antes do início das aulas o pastor reunia-se com alunos para repassar o conteúdo determinado no material que continha os textos bíblicos e os comentários destinados aos ensinamentos. A tarefa do professor era seguir o que já vinha escrito “sem fazer comentários diferentes ou criticar os que

cifras, ficou conhecida, conforme atesta Joanyr de Oliveira como a “editora da Escola Dominical”. OLIVEIRA, Joanyr de, op. cit.

⁴⁶ Antônio Gilberto da Silva (verbete) In: ARAUJO, Isael, op. cit., p. 789-790.

⁴⁷ SILVA, Antonio Gilberto. **Manual da escola bíblica dominical**. Um curso de treinamento para professores iniciantes e atualização de professores veteranos da Escola Dominical. 5. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1981, p. 108.

foram feitos”.⁴⁸ Rolim revela que os impressos utilizados deixavam transparecer uma grande preocupação da liderança da Igreja com o público que iria lê-los, mormente, no que dizia respeito ao controle da liberdade de interpretação das mensagens. No dizer do sociólogo:

A escolha dos textos e seus comentários é da incumbência de um grupo de pastores, designados pela Convenção. Deste modo, o poder maior (a Convenção) escolhe os que vão selecionar e comentar os textos. Vem em seguida, o grupo que seleciona e pensa os comentários. Finalmente, os que fazem chegar até os simples crentes (os assistentes) o que foi escolhido, o que foi por outros pensado e escrito. O ensino atravessa, assim, um canal hierarquizado de poder, sofrendo um direcionamento, uma direção que vem de cima para a base. Corta-se a liberdade de crítica e discordância.⁴⁹

Diante disso, depreendemos o porquê da revista *Lições Bíblicas* ter sido um dos principais impressos na discussão do projeto que estava em andamento e sua importância para o estudo das representações que eram forjadas por essa liderança na busca por elementos capazes de unificar a AD e reforçar suas bases identitárias em benefício do projeto “Década da Colheita”, pois, conforme Chartier:

[...] com o trabalho sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, a história cultural pode incidir a sua atenção sobre estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser-apreendido” constitutivo de sua identidade.⁵⁰

Voltemos, então, ao conteúdo da revista no momento de implantação do projeto “Década da Colheita”. No segundo trimestre de 1990, a revista trouxe 13 lições sobre doutrinas e uma preocupação com o crescimento da Igreja:

Muitos cristãos e muitas igrejas não crescem, não amadurecem, não frutificam porque não querem saber do conhe-

⁴⁸ ROLIM, Francisco Cartaxo. **O Que é Pentecostalismo?** São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 44.

⁴⁹ ROLIM, Francisco Cartaxo, op. cit., p. 45.

⁵⁰ CHARTIER, Roger, op. cit., p. 26.

cimento da Palavra de Deus, e muito menos de obedecer à vontade do Todo Poderoso. O conhecimento da doutrina do Senhor, não meramente como acumulação de informações, mas como elemento prioritário para uma vida cristã normal, deve ser o alvo de todo o cristão que almeja ser vencedor.⁵¹

É importante citar também a revista do segundo trimestre de 1991, que teve como comentarista⁵² o pastor Elienai Cabral⁵³ e dedicou uma “lição especial” (número 8) – estudada no domingo de 26 de maio – para apresentação do projeto “Década da Colheita”. A revista tinha por temário principal a Bíblia e sua importância para o cristão; assim, o título da lição apontava: “A Bíblia, o manual da Década da Colheita”.⁵⁴

O tópico “Texto áureo” apresentou o versículo bíblico do livro de João⁵⁵ que, segundo o comentarista, era a mensagem bíblica que legitimava a mobilização da Igreja para o crescimento. Na mesma perspectiva, no tópico “Verdade prática”, a lição deixava claro o objetivo do projeto: “a Década da Colheita é a multiplicação de esforços evangelísticos para alcançar o mundo todo com as boas-novas até o

⁵¹ *Lições Bíblicas. Revista da Escola Bíblica Dominical*, Rio de Janeiro: CPAD, n. 22, p. 2, 1990.

⁵² Em cada número da revista *Lições Bíblicas*, a Divisão de Educação Cristã designava um pastor para comentar os textos bíblicos que iniciam cada capítulo. Por ser apenas um comentador dos trechos bíblicos, e não um autor, o responsável pelos escritos era apresentado como *comentarista*.

⁵³ Elienai Cabral, pastor líder da AD em Sobradinho, é um importante articulador da Igreja. Além de comentarista da revista *Lições Bíblicas* da Escola Dominical, Elienai foi relator do conselho fiscal da CPAD, pregador, conferencista, palestrante em Escolas Bíblicas de Obreiros (EBO), articulista da revista *Manual do Obreiro* da CPAD, colunista do jornal *Mensageiro da Paz* e autor de vários livros publicados pela CPAD, entre eles: *A juventude cristã e o sexo*; *A síndrome do canto do galo*; *Abraão: as experiências de nosso pai na fé*; *Efésios* (Série Comentário Bíblico); *Mordomia cristã*; *O pregador eficaz*; *Parábolas de Jesus*; *Romanos* (Série Comentário Bíblico). Elienai Cabral (verbete) In: ARAUJO, Isael, op. cit., p. 146-147.

⁵⁴ *Lições Bíblicas. Revista da Escola Bíblica Dominical*, Rio de Janeiro: CPAD, 3. trim. 1991, p. 27.

⁵⁵ Trata-se do versículo: “Eis que eu vos digo: Levantai os vossos olhos, e vede as terras, que já estão brancas para a ceifa” (João 4:35). *Bíblia Sagrada*. Versão revista e corrigida por João Ferreira de Almeida, Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

ano 2000”.⁵⁶ Sempre primando pelo caráter didático, o impresso trouxe, passo a passo, a “fundamentação bíblica”, os objetivos, como alcançá-los e as responsabilidades de cada membro nesse processo. Para o comentarista, o propósito da lição era o de “contribuir para que cada igreja e seus membros toma[ssem] conhecimento dos objetivos estabelecidos pelo projeto e houve[sse] um engajamento total na obra da evangelização”.⁵⁷

Na introdução do capítulo 8, o comentarista apresentou os primórdios do projeto e descreveu a reunião realizada nos Estados Unidos em 1988. Segundo Elienai Cabral, por “inspiração de Deus”, através de uma “palavra profética” depois de um tempo de “fervorosa oração” os líderes assembleianos de todo o mundo decidiram que os últimos 10 anos do milênio seriam dedicados a uma “inigualável colheita de alma por todo o mundo”. O projeto, assim, nada mais fazia do que cumprir com o mandamento exarado na Bíblia.

Logo foram apresentadas as finalidades do projeto e, de acordo com Cabral, o objetivo dessa mobilização era multiplicar os esforços da Igreja, levando-a a abrir frentes em todas as áreas e usando todas as estratégias possíveis para “conquistar as almas para o Reino de Deus”. Em suas palavras:

Cristo não se limitou a uma única forma para falar aos pecadores, mas utilizou-se de métodos variados para alcançar seus objetivos. Em Samaria, partiu de uma pessoa para alcançar toda a cidade, da parte para o todo, usando uma mulher cujo passado, em contraste com o presente, serviria para impactar toda a população. Em Jericó, usou estratégia parecida ao entrar na casa de Zaqueu, um odiado cobrador de impostos, para então ensinar sobre a universalidade da salvação, Le 19.9,10. Ou seja, se Cristo lançou mão de estratégias corretas, a Igreja também deve fazê-lo.⁵⁸

⁵⁶ *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**, Rio de Janeiro: CPAD, 2. trim. 1991, p. 27.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**, Rio de Janeiro: CPAD, 2. trim. 1991, p. 28.

O comentarista também se preocupou em alertar os fiéis de que não havia qualquer ligação entre a mobilização em torno do projeto e a “vinda de Jesus”, nem mesmo qualquer relação com o ano de 2000, uma vez que a virada do milênio trazia grandes especulações entre os membros sobre o “arrebatamento”.⁵⁹ Elienai explicou aos leitores que o projeto “Década da Colheita” não deveria ser confundido com um “tempo escatológico” que determinasse ou fosse indício da volta de Jesus, pois, de acordo com ele: “o arrebatamento não está circunstancialmente condicionado aos projetos que a Igreja desenvolve, mas é um ato da soberania de Deus, cujo dia e hora ninguém sabe”.⁶⁰

Todavia, mesmo não sendo um alerta direto para a volta de Jesus numa data determinada (virada do milênio), o projeto buscava ganhar o maior número de almas possíveis (na corrida contra o relógio) antes do arrebatamento. Daí a obrigação de todos “os crentes cumprirem seu papel na tarefa de ganhar almas, envolvendo-se nos projetos da Igreja, pois a evangelização é o caminho para que se complete a ‘plenitude dos gentios’, tempo que só Deus conhece”.⁶¹

Após as ressalvas, o ensinamento se voltou às metas propostas pelo projeto para o Brasil, reafirmando a colaboração com materiais e apoio da Comissão da Década da Colheita às igrejas de todo o país. As metas aprovadas na CGADB (cooptação de três milhões de intercessores; 50 milhões de novos fiéis; 100 mil obreiros para a evangelização;

⁵⁹ A importância da escatologia para a Assembleia de Deus foi objeto de estudo de Robson Franco Guimarães. Pesquisando depoimentos orais e fontes escritas, o autor buscou compreender a mentalidade dos pentecostais da Assembleia de Deus de Belo Horizonte (MG) no tocante ao imaginário do fim dos tempos nas três últimas décadas do século XX. Guimarães analisou a hermenêutica bíblica desse grupo, no tocante à “emergência dos últimos dias”, e as interpretações dos acontecimentos históricos à luz da perspectiva do fim da História. Para o autor, a escatologia é um elemento central na Assembleia de Deus, principalmente na “construção de uma identidade própria e diferenciadora de outros grupos cristãos”. GUIMARÃES, Robson Franco. Os últimos dias: os pentecostais e o imaginário do fim dos tempos. **Revista de Estudos da Religião**, PUC, São Paulo, v. 1, n. 2.005, p. 31.

⁶⁰ *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**, Rio de Janeiro: CPAD, 2. trim. 1991, p. 28.

⁶¹ *Ibidem*.

50 mil novas igrejas; e missionários para outras nações) foram apresentadas aos estudantes da escola dominical, seguidas de um receituário mostrando quais eram os passos a serem seguidos para se alcançar os objetivos.

Depois de citar algumas passagens bíblicas que fundamentavam o projeto, o comentarista apresentou quatro ações principais que as igrejas deveriam seguir para que os objetivos propostos fossem alcançados; objetivos esses que, segundo Elienai, “analisados à luz da proporcionalidade do crescimento da Assembléia de Deus brasileira nos últimos 80 anos, [eram] perfeitamente viáveis”.⁶²

No que tange aos três milhões do “exército da intercessão” foi recomendado que cada igreja solicitasse da Comissão da Década da Colheita uma remessa de cupons de oração que seriam distribuídos entre os membros, de modo que cada um preenchesse com nome e endereço, para depois remetê-lo via Correio aos escritórios regionais do projeto. Os escritórios regionais, por sua vez, enviariam para cada intercessor inscrito um plano mensal de oração com três objetivos diários de intercessão para os 30 ou 31 dias do mês.

Foi também destacada na lição a sugestão da Comissão da Década da Colheita para que todas as igrejas promovessem meia hora de oração em todas as reuniões, fossem cultos públicos ou não, inclusive nos ensaios de grupos musicais, além de vigílias e jejuns, conforme o projeto aprovado em 1990. Isso pode ser comprovado na seguinte passagem: “É preciso que se retorne à prática da oração de maneira séria e sistematizada, partindo o exemplo da própria liderança”.⁶³

Quanto ao objetivo central e mais ousado de toda a mobilização nacional (cooptar 50 milhões de fiéis em 10 anos), ele foi apresentado por Elienai como possível. O pastor tranquilizava aos membros com a seguinte constatação:

[...] esta meta, à primeira vista, pode parecer exagerada, mas se colocarmos o número de membros, hoje, em volta de 10 milhões, representa um crescimento de 500 por cento. Pro-

⁶² *Lições Bíblicas*. Revista da Escola Bíblica Dominical, Rio de Janeiro: CPAD, 2. trim. 1991, p. 29.

⁶³ *Ibidem*.

jetando este número para um percentual anual aproximado, chega-se a 15 por cento ao ano, cifra perfeitamente possível de ser alcançada. Uma igreja com dois mil membros, que cresça 15 por cento no primeiro ano, chegará ao final dos 12 meses com mais 300 novos crentes.⁶⁴

Para tanto, seria preciso “sair da rotina e partir para total mobilização”, abrindo frentes evangelísticas em todas as áreas. Assim, para a realização desse empreendimento foram propostas as seguintes medidas:

- a) Cada igreja estabelecendo seus objetivos anuais e levando seus membros a terem metas pessoais na área do discipulado cristão, com o compromisso de ganhar pelo menos uma alma por ano e treiná-la nos primeiros passos da vida cristã.
- b) Dividindo a cidade em setores sistematicamente mapeados para que seja proveitoso o trabalho de casa em casa.
- c) Estimulando o retomo multiplicado dos pontos de pregação às casas de família, permitindo que a cada semana centenas de cultos venham a ser realizados.
- d) Organizando programas específicos para alcançar segmentos distintos, como profissionais liberais, estudantes, professores, etc.
- e) Cuidando da integração do novo convertido.⁶⁵

A implantação de 50 mil novas igrejas, com 100 mil novos obreiros, seria uma “decorrência natural” da multiplicação de novos fiéis: “É desejo que, ao terminar a Década [de 1990] não haja cidade, vila ou povoado sequer, no Brasil, sem uma Assembléia de Deus”.⁶⁶ Assim, para que se efetivassem essas metas, a recomendação era de que cada igreja sede, em seu raio de ação, buscasse “desbravar” os novos loteamentos e vilas, bem como os bairros onde ainda não havia igreja AD, fixando sempre um novo ponto de pregação em cada lugar. Propunha-se ainda, uma “cooperação mútua” entre as igrejas prósperas e as carentes de recursos, de modo que aquelas contribuíssem para que estas pudessem manter seus obreiros já “identificados com a própria terra”.⁶⁷

⁶⁴ *Lições Bíblicas*. Revista da Escola Bíblica Dominical, Rio de Janeiro: CPAD, 2. trim. 1991, p. 29.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ *Ibidem*.

Quanto ao envio de novos missionários para outros países, Elienai destacou três pontos em que se firmava o trabalho das missões: orar, contribuir e enviar. “Nem todas as igrejas podem enviar, mas todas podem orar e contribuir”.⁶⁸ Se uma só congregação não conseguisse manter um missionário, ela deveria se juntar a um grupo maior, de três, quatro ou cinco congregações para fazê-lo. Organização que poderia ser efetuada sob o assessoramento da SENAMI (Secretaria Nacional de Missões da CGADB).

Concluindo o mapa esquemático de organização para as ações das congregações de todo o país em prol do crescimento da Igreja, o comentarista finalizou a lição de número 8 com as seguintes palavras:

A Década da Colheita é, pois, uma mobilização sem precedentes em favor da evangelização. Não é que as igrejas não estejam evangelizando. O propósito é tomar este trabalho mais atuante, envolvente e produtivo. É multiplicar o que vem sendo feito, segundo At 6.7. A seara é grande e precisa ser colhida antes que seu proprietário se apresente aos trabalhadores de todas as horas, principalmente os da undécima, para exigir os resultados.⁶⁹

No segundo trimestre de 1992, a revista novamente tocou na questão do crescimento da AD no Brasil, com ênfase na “Década da Colheita”. Nesse número, escreveram os pastores Adilson Farias Soares e Claudionor Corrêa. O primeiro, dirigindo-se ao assunto de maneira direta e incisiva, diz:

Mais um trimestre se inicia. Estamos em plena Década da Colheita e os resultados começam a surgir. No entanto, visando uma mobilização maior na obra de evangelização, estaremos estudando uma série de lições sobre esse assunto.⁷⁰

Já o segundo valeu-se de uma linguagem metafórica, com arranjos poéticos:

⁶⁸ *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**, Rio de Janeiro: CPAD, 2. trim. 1991, p. 29.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 30.

⁷⁰ SOARES, Adilson Farias. *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**, Rio de Janeiro: CPAD, n. 30, p. 2, 1992.

Quando Daniel Berg e Gunnar Vingren chegaram a Belém, o arroio que brotou no cenáculo fez-se mar no Oiaopoque; e, no Chuí, oceano. E nesta década da colheita, começamos a molhar os artelhos nestas águas da urgência missionária. Que elas nos encubram sem tardança. Quantos côvados ainda estão a nos desafiar?⁷¹

Outros tópicos presentes em outras edições da revista *Lições Bíblicas* demonstraram a preocupação da liderança assembleiana com o avanço de outras religiões, em suas mais diversas vertentes, na década de 1990, reafirmando a necessidade de dar continuidade ao projeto e ressaltando a importância de uma urgente mobilização da Igreja para resgatar as almas, que estavam à mercê das forças do mal, investidas nessas manifestações religiosas. É o caso das revistas do quarto trimestre de 1992⁷² e do segundo trimestre de 1997,⁷³ que tratavam do movimento da Nova Era, do Catolicismo Romano, do Islamismo, do Espiritismo, da igreja Messiânica, do Mormonismo, entre outros.

Para além dos temas ligados ao projeto “Década da Colheita”, as revistas *Lições Bíblicas* ocupavam-se com o reforço da conduta de seus membros, na tentativa de demonstrar que os esforços nacionais para o crescimento da Igreja não passavam por quaisquer medidas de afrouxamento doutrinário. Um exemplo disso foi o tema de capa da revista em 1996⁷⁴ – “Sal e Luz: as marcas do cristão atual” – que não deixa dúvidas sobre o seu teor doutrinário. Eram 13 lições que tratavam de assuntos como: “Cristão como sal da terra”, “o cristão e os bens materiais”, “o cristão e a vida conjugal”, “o cristão e a sociedade a sua volta”, “o cristão e o lar”, entre outros.

⁷¹ CORRÊA, Claudionor. *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**, Rio de Janeiro: CPAD, n. 22, 1922. (Capa).

⁷² *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**. n. 22, Rio de Janeiro: CPAD, 1992.

⁷³ *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**. Rio de Janeiro: CPAD, 1997.

⁷⁴ *Lições Bíblicas*. **Revista da Escola Bíblica Dominical**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

O temário desse número de *Lições Bíblicas* de 1996 estava ligado ao forte debate que se travava entre pastores “conservadores” e “liberais” desde o início da década de 1990. A discussão se dava porque muitos ministros não viam sentido em se manter as mesmas disciplinas de “usos e costumes” formuladas há mais de 30 anos. Eram pastores jovens, que se valiam dos espaços de opinião aberto pelo jornal *Mensageiro da Paz* para alçarem suas novas ideias. É o que pode ser observado na passagem seguinte, escrita pelos pastores Valdemir José Francisco e Fernando Grangeiro de Menezes, que afirmaram:

Uma das coisas mais importantes que a igreja precisa ter para realizar a obra de Deus na terra é a consciência do tempo que ela está vivendo. Ela precisa conhecer a sua era, o seu período, o seu kairós e as características desse mesmo tempo [...] A igreja não pode ficar engessada por um sistema “sacralizado” que funcionou em tempos passados, mas que no tempo presente se mostra obsoleto, arcaico e que tem servido, muitas vezes como barreira para se chegar a Cristo. Precisamos reconhecer que muitos ensinamentos até então considerados “imutáveis” para uma espiritualidade sadia, na prática não funcionam e servem como antídoto levando o cristão a uma vida amargurada, repressiva e derrotada [...] uma igreja fechada para mudanças ficará superada no tempo e no espaço [...] A igreja precisa acordar para as novas realidades que se apresentam dia após dia, diante dela [...] A igreja fechada para mudança ficará superada no tempo e no espaço, continuará andando a pé, enquanto satanás continuará usando de todos os recursos que se apresentarem para enganar.⁷⁵

Em nome da santidade, do equilíbrio doutrinário e dos bons costumes desposados por nossa igreja [...] temos visto cruzadas contra o uso da televisão, aparelho que tem sido alvo de discussão em encontros de liderança e convenções [...] isso que temos visto nessas discussões acabam trazendo prejuízos pelo tempo que se perde, uma vez que deveríamos reverentemente examinar a Palavra de Deus acerca do assunto. Não podemos nos calar quando se leva em conta a Palavra e

⁷⁵ FRANCISCO, Valdemir José. A Igreja no seu tempo presente. *Mensageiro da Paz*, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 1.280, nov. 1993, p. 3.

deixar que fique a impressão de que o parâmetro para medir a temperatura da vida espiritual do líder (e do salvo) é o uso ou não da televisão [...] se analisarmos as enxurradas de problema espirituais que forçam as portas da doutrina da igreja, descobriremos que as causas não estão na televisão e, sim, em outros aspectos da vida cristã.⁷⁶

No entanto, havia ainda muitos pastores da “velha-guarda” assembleiana que faziam coro aos ideais do projeto “Década da Colheita”, em nome de um crescimento via manutenção da “identidade”, conforme podemos perceber nos textos publicados no jornal *Mensageiro da Paz*, assinados por Jonathan Ferreira dos Santos e Jairo Fonte Ferreira. O primeiro diz:

Entre os itens que fazem parte da santidade está a roupa. Evidentemente que não só a roupa, mas a roupa “também”. O que tem se ensinado é que Deus não olha para isso, que Ele quer somente o coração. Mas a palavra de Deus se interessa por esse assunto “sim”. Boa parte de 1 Coríntios 11 trata do cabelo da mulher e do uso do véu na igreja [...] os filhos de Deus devem saber que estão vivendo em um mundo corrompido e que se corrompe cada vez mais, não se deve acompanhar a moda [...] Oficiei um funeral onde havia mulheres de “shorts” e de camisetas sem mangas. Será que não é isto falta de respeito para com as outras pessoas e para com a Palavra de Deus que estava sendo ali ministrada? Que tal se os homens fossem de “shorts” e sem camisa? Que tal se o pastor fosse de roupa de praia? O argumento não é que Deus não olha para o exterior? Nessa sociedade tão liberal, as pessoas já não estão conseguindo mais discernir que há roupas próprias para situações informais, que não devem ser usadas em um funeral, ou festa de casamento, ou culto. Por que essas pessoas não experimentam ir ao Juiz de Direito ou ao Promotor de “shorts” ou sem camisas? Porque não vão a uma audiência com o Governador usando esses trajes? E o nosso Rei Senhor dos senhores é menos importante que eles?⁷⁷

⁷⁶ MENEZES, Fernando Grangeiro de. Televisão, uma questão de sinceridade. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, ano LXIV, n. 1292, 1994, p. 18.

⁷⁷ SANTOS, Jonathan Ferreira. A roupa certa para o lugar certo. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, ano LXI, n. 1.256, out. 1991, p. 16.

E o segundo complementou com as seguintes palavras:

Ninguém pense que a calça comprida para mulher é mais decente e mais útil do que a saia, porque cobrem as pernas e as resguardam do frio e da ventania. As mulheres que assim fazem no tempo frio, com a mesma “naturalidade” usam minissaia no verão. São apenas desculpas. A proibição do uso de trajas masculinos para a mulher está bem claro na Bíblia, como em Dt 22.5. Ai está dito que tal coisa é abominação ao Senhor. Compreendemos que as transformações sociais, políticas e religiosas tem em muito influenciado o vestuário e outros elementos do porte dos povos, mas o verdadeiro cristão deve permanecer diferente para merecer esse nome [...] Agora para maior vexame do sexo masculino muitos homens estão se vestindo como mulheres que não tem temor a Deus inclusive usando brinquinhos e “rabos de cavalo”. Já houve tempo em que os homens eram mais homens, as mulheres mais mulheres. É o “tempo do fim”, predito nas Santas Escrituras, de multiplicação da iniquidade, de confusão.⁷⁸

Diante disso, pode-se notar que a AD estava dividida em seu ponto de vista acerca dos “usos e costumes”, e o debate sobre esse assunto chegou ao ELAD (Encontro dos Líderes das Assembleias de Deus) em 1994. Assim, entre os dias 18 e 20 de janeiro de 1994, no templo da Assembleia de Deus do Belenzinho, em São Paulo, os líderes da Igreja discutiram esses impasses. No entanto, as ideias da ala conservadora permaneceram sem modificação. Os “conservadores” ainda afirmaram que a ameaça do crescimento da AD não era por motivo das rígidas doutrinas, mas sim pela não observância dessas. Isto é, na falta de unidade doutrinária, e não nas doutrinas “em si”. Em outras palavras, os conservadores consideravam que o afrouxamento doutrinário levaria a perda da identidade da AD o que, conseqüentemente, poderia acarretar uma diminuição no número de novos convertidos e, até mesmo, a evasão dos membros. Por isso, o órgão manteve o posicionamento firme quanto à manutenção das doutrinas.⁷⁹

⁷⁸ FERREIRA, Jairo Fontes. O traje cristão segundo os padrões bíblicos. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, ano LXI, n. 1.257, nov. 1991, p. 16.

⁷⁹ As informações sobre este encontro foram retiradas de: COUTO, Jeremias. Caminhos das Assembleias de Deus na primeira metade dos anos 90. **Revista Obreiro**, Rio de Janeiro: CPAD, n. 7, 1996.

Mesmo com essa decisão peremptória do ELAD, os “liberais” não ficaram satisfeitos e, no ano de 1995, na 32^a CGADB, realizada na capital da Bahia entre os dias 25 e 30 de janeiro, conseguiram fazer retornar à pauta as discussões realizadas no ELAD de 1994. As reuniões seguiram oito pautas principais:

- 1) Reforma do Regimento Interno; 2) Década da Colheita, exposição dos dados e posicionamento das igrejas em relação dados apresentados; 3) Estratégia para o retorno dos desviados; 4) Análise dos motivos do alto número dos desviados [...]
- 5) Divórcio (aconselhamento e orientações para casais); Doutrinas e Costumes; 7) Eleições; 8) Fundo Convencional.⁸⁰

De fato, 1995 foi um ano de balanço e reestruturação das táticas empreendidas pela AD na primeira metade da década de 1990. Já haviam se passado cinco anos de vigência da mobilização nacional promovida pelo projeto “Década da Colheita” e a liderança observava que a tão aclamada viabilidade do projeto no que tangia a alcançar 50 milhões de novos fiéis estava cada vez mais distante. Valdir Bicego, secretário da Comissão do Projeto Década da Colheita, trouxe aos convencionais, na sessão de 26 de janeiro, a informação que todos já conheciam extraoficialmente: longe estavam os números das metas propostas pelo Comitê Internacional e do Projeto Nacional formulado em 1990. Bicego exortou os líderes a se engajarem no projeto de evangelização e lembrou aos convencionais que, para alcançar as metas propostas (50 milhões de fiéis), as igrejas deveriam crescer até o ano 2000 cerca de 31%, montante que preocupava; principalmente quando considerado o crescimento das ADs nos cinco primeiros anos de aplicação do projeto.⁸¹

⁸⁰ OLIVEIRA, Joanyr de, op. cit., p. 139.

⁸¹ Convenção Geral de 1995. Regimento Interno e Metas da Década da Colheita In: DANIEL, Silas. et al. Op. cit., p. 564. Dois artigos publicados na coluna “A Década da Colheita” do jornal *Mensageiro da Paz* atestam a preocupação da liderança com as metas do projeto. No artigo “A Assembléia de Deus não está alcançando os objetivos da Década da Colheita”, publicado em abril de 1994, alertava-se que os 50 milhões de fiéis só seriam alcançados mediante um crescimento de 26% por ano e não mais 17%, como fora proposto inicialmente (*Mensageiro da Paz*, Rio de Janeiro, ano LXIV, n. 1.285, abr. 1994, p. 9). Em janeiro de 1995, no artigo

Esse era, porém, o momento esperado pelos “liberais” para contestar o conservadorismo da Igreja, especialmente no quesito “usos e costumes”. Desse modo, no dia 28 janeiro de 1995 (dois dias após a leitura do relatório pelo secretário Bicego), novamente a tão concorrida pauta dos “usos e costumes” voltou a ser discutida. No bojo dos debates estavam novamente os “conservadores” e os “liberais”.

Entre os “conservadores”, Raimundo Soares de Lima, da congregação de Indaiatuba/SP, propôs a exclusão de todos os pastores da “ala liberal” da CGADB. No entanto, o pastor Túlio de Barros, defensor do posicionamento conservador da Igreja, fez uma ressalva (que permite dimensionarmos o fervor destes debates): “não envergonhemos nossos irmãos publicamente, mas admoestemo-los com amor e espírito de mansidão, para que os fracos sejam reerguidos na fé”.⁸² Mas os liberais – cujas frases e nomes apareciam ocultos nas atas – continuavam atacando os costumes da Igreja, entendendo-os como “fardos para os crentes”.⁸³

O pastor-presidente José Wellington, posicionando-se de maneira estratégica, defendeu também o “conservadorismo”, reafirmando, contudo, que era contra os “radicalismos”. Isso pode ser percebido em suas palavras:

Lutaremos para a manutenção das doutrinas básicas e dos bons costumes que têm caracterizado as Assembléias de Deus. Creio ser possível unir o entusiasmo dos mais jovens à experiência dos mais velhos, sem que a transição mude o perfil da Assembléia de Deus no Brasil, que, em sua essência, é uma igreja conservadora e que prima pela ortodoxia doutrinária.⁸⁴

“Comissão Avalia os números das Assembléias de Deus”, novamente a liderança assembleiana expunha sua preocupação com o crescimento da Igreja mediante os números recolhidos em pesquisa realizada no ano de 1993. **Mensagem da Paz**, Rio de Janeiro, ano LXV, n. 1.294, jan. 1995, p. 9.

⁸² Ata da reunião de 28 de Janeiro de 1995. Transcrição In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 578.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Discurso de posse do pastor reeleito presidente da CGADB em 1995, José Wellington da Costa. **Mensagem da Paz**, Rio de Janeiro, ano LXV, n. 1.296, mar. 1995. p. 3.

Frente aos dados do relatório apresentados por Bicego e à evasão de fiéis, os “conservadores” não tiveram a mesma facilidade em pôr um basta nas polêmicas dos “usos e costumes”. Assim, pela falta de consenso, ficou resolvido que esse assunto seria discutido nos ELADs seguintes, de onde sairia um parecer sobre o polêmico tema assim que a comissão especial designada para esse fim formulasse uma nova proposta sobre as regras de “usos e costumes” da Igreja.

Sem dúvida foi uma vitória dos “liberais”, que sempre foram calados pela hegemonia dos “conservadores”. Agora, no entanto, eles viam a movimentação de grande parte da liderança rumo a “mudanças doutrinárias”.

4. A resolução do ELAD e as “mudanças doutrinárias”

Desde o ano de 1975, as Assembleias de Deus no Brasil tinham suas práticas de “usos e costumes” regulamentadas pela chamada “Resolução de Santo André”. O palco dessa resolução foi o encontro de 1975, realizado na cidade de Santo André, no estado de São Paulo, entre os dias 20 e 24 de janeiro, daí o nome pelo qual ficou conhecido esse documento histórico para a Igreja. Seu conteúdo reunia muito dos debates de 45 anos de encontros da liderança assembleiana e várias regras que já vinham sendo praticadas pelos membros desde os primórdios da AD no Brasil. Assim, determinava a resolução que:

A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, reunida na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, reafirma o seu ponto de vista no tocante aos sadios princípios estabelecidos como doutrinas na Palavra de Deus – a Bíblia Sagrada – e conservados como costumes desde o início desta obra no Brasil. Imbuída sempre dos mais altos propósitos, ela, a Convenção Geral, deliberou pela votação unânime dos delegados das igrejas da mesma fé e ordem em nosso país, que as mesmas igrejas se abstenham do seguinte:

1. Uso de cabelos crescidos, pelos membros do sexo masculino;
2. Uso de traje masculino, por parte dos membros

ou congregados, do sexo feminino; 3. Uso de pinturas nos olhos, unhas e outros órgãos da face; 4. Corte de cabelos, por parte das irmãs (membros ou congregados); 5. Sobrancelhas alteradas; 6. Uso de mini-saias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã; 7. Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria dos seus programas; abstenção essa que justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde; 8. Uso de bebidas alcoólicas.⁸⁵

Os melindres do tema fizeram com que somente no 5º ELAD, realizado entre os dias 23 e 26 de agosto de 1999, fosse apresentada uma reformulação da chamada “Resolução de Santo André”.

Embora a mudança possa parecer sutil, na prática obteve uma profunda alteração nos “padrões de comportamento” dos assembleianos do país. Os pastores responsáveis pelo novo documento foram cautelosos em explicar os motivos das mudanças, de forma a causar o mínimo possível de desgaste à ala “conservadora” da Igreja. Deram início esclarecendo o significado dos termos “princípios”, “tradição” e “doutrina”. Primeiramente, foi dado o significado dessas palavras no dicionário, para que logo seus significados fossem analisados “à luz da Bíblia”:

Doutrina é o ensino bíblico normativo terminante, final, derivado das Sagradas Escrituras, como regra de fé e prática de vida, para a Igreja, para seus membros, vista na Bíblia como expressão prática na vida do crente, e isso inclui as práticas, usos e costumes. Elas são santas, divinas, universais e imutáveis [...] Os costumes em si são sociais, humanos, regionais e temporais, porque ocorrem na esfera humana, sendo inúmeros deles gerados e influenciados pelas etnias, etariedade, tradições, credências, individualismo, humanismo, estrangeirismo e ignorância [ao termo “tradição” a resolução da maior atenção e afirma] [...] Quando afirmamos que temos as nossas tradições, não estamos com isso dizendo que os nossos usos e costumes tenham a mesma autoridade da Palavra de Deus, mas que são bons costumes que devem ser

⁸⁵ Resolução de Santo André. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 438.

respeitados por questão de identidade de nossa igreja. Temos quase 90 anos, somos um povo que tem história, identidade definida, e acima de tudo, nossos costumes são saudáveis. Deus nos trouxe até aqui da maneira que nós somos e assim, cremos, que sem dúvida alguma Ele nos levará até ao fim.⁸⁶

Esses esclarecimentos “preparavam o campo” para as mudanças na “Resolução de Santo André”, que a partir dessa data passaria a ter seis princípios:

Convém, portanto, atualizar a redação da Resolução de Santo André, omitindo a expressão “como doutrina”, ficando assim: “sadios princípios estabelecidos na Palavra de Deus – a Bíblia Sagrada – e conservados como costumes desde o início desta Obra no Brasil”. Quanto aos oito princípios da Resolução [de Santo André], uma maneira de colocar numa linguagem atualizada é: 1. Ter os homens cabelos crescidos (1 Co 11.14), bem como fazer cortes extravagantes; 2. As mulheres usarem roupas que são peculiares aos homens e vestimentas indecentes e indecorosas, ou sem modéstias (1 Tm 2.9, 10); 3. Uso exagerado de pintura e maquiagem – unhas, tatuagens e cabelos (Lv 19.28; 2 Rs 9.30); 4. Uso de cabelos curtos em detrimento da recomendação bíblica (1 Co 11.6, 15); 5. Mau uso dos meios de comunicação: televisão, internet, rádio, telefone (1 Co 6.12; Fp 4.8); 6. Uso de bebidas alcoólicas e embriagantes (Pv 20.1; 26.31; 1 Co 6.10; Ef. 5.18).⁸⁷

As mudanças são evidentes: manteve-se a proibição do cabelo comprido para os homens, no item 1, com um adendo para os cortes ditos “extravagantes” mais presentes, principalmente, entre os jovens na década de 1990 (o “tom” da proibição ficou mais brando). Ficava ainda proibido o uso de calça para as mulheres e de “vestimentas indecorosas” por parte dessas.

A proibição do corte de cabelo desaparece, ficando subentendido que o corte, não sendo excessivo, poderia ser feito (itens 2 e 5). O item 3 sofreu abrupta mudança. Não há mais a proibição peremptória do uso de maquiagens, como na “Re-

⁸⁶ Resolução do 5º ELAD, publicada na revista **Obreiro** n. 11, de junho de 2000. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 579.

⁸⁷ Resolução do 5º ELAD, publicada na revista **Obreiro** n. 11, de junho de 2000. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. et al, op. cit., p. 579.

solução de 1975”. A nova resolução fala do uso não exagerado de pinturas no cabelo e nas unhas e não mais menciona os cuidados com as sobrancelhas (dando a entender que, se não houvesse exagero, nada impediria que as mulheres se maquiassem). A nova resolução trouxe uma preocupação com outro problema, que começou a assolar a Igreja na década de 1990: o uso de tatuagens. Sua posição é claramente contrária. Já o item 5 (tão polêmico nas CGADBs) aparece liberando o “bom uso” da televisão, da internet e fala, até mesmo, do telefone. Os problemas de saúde oriundos do uso da televisão são esquecidos. Continuava proibido o uso de bebidas alcoólicas (no item 6).

5. Considerações finais

Como se pôde perceber, a AD mudou, adequando-se à nova realidade encontrada nos anos de 1990. Foi, no entanto, uma mudança lenta, conturbada, para não dizer forçada, pelo “fracasso” então observado do projeto “Década da Colheita”, que passou ao largo de suas metas (uma vez que a AD, no censo de 2000, apresentava um total de 8.418.140 membros, com taxa de 245% de crescimento na década de 1990,⁸⁸ o que mesmo sendo um crescimento consideravelmente alto, estava muito aquém dos desejados 50 milhões). Por outro lado, ainda que a nova resolução alterasse certos padrões de comportamento quanto aos “usos e costumes” dos assembleianos do país, há de se notar que na “prática” a percepção de como se deram tais mudanças é muito mais complexo. Isso fica ainda mais claro quando são comparadas localidades diferentes, nas quais as “influências” das alas “liberal” e “conservadora” são discrepantes.

A resolução do ELAD de 1999 atestou “melancolicamente” que o crescimento da AD em tempos tão conturbados não poderia se dar da maneira pensada no projeto “Década da Colheita” (crescimento via afirmação da “identidade” e

⁸⁸ Dados retirados de MARIANO, Ricardo, op. cit.

expresso num conservadorismo de “usos e costumes”). Não que a preservação da “identidade doutrinária” tenha passado a um “segundo plano” na AD do século XXI. Apenas houve um deslocamento dessa legitimação para outras questões doutrinárias, descentralizando da doutrina de “usos e costumes” sua marca “identitária”. Tanto que a AD adentrou ao século XXI firme em sua oposição ao homossexualismo, à eutanásia, ao aborto e ao divórcio, não apresentando indícios de mudança ou, no mínimo, tolerância a essas questões.

Textos e entrevistas publicados no jornal *Mensagem da Paz* no ano 2000 demonstram que o presidente da CGA-DB, pastor José Wellington, mesmo depois das alterações nas normas de “usos e costumes”, negava que a AD tivesse alterado sua identidade em favor do crescimento da Igreja. Sem fazer qualquer menção às mudanças aprovadas pelo ELAD de 1999, o presidente da CGADB buscava ressaltar novos marcos identitários que distinguiam a AD das demais denominações pentecostais e conclamava os pastores a preservarem esses marcos. Na impossibilidade de mencionar os “usos e costumes” como elementos de formação da identidade assembleiana, José Wellington clamou pela manutenção identitária da Igreja a partir de novos elementos, sobretudo a negação de qualquer influência neopentecostal nos atos litúrgicos da Igreja:

A AD pela misericórdia de Deus tem procurado preservar a sua identidade a ponto de ser bem recebida por aqueles que são de fora. Somos uma igreja séria frente a outros movimentos pseudo-pentecostais. Hoje no Brasil falar que é evangélico dá *status* e, se disser que é da Assembléia de Deus tem um crédito a mais [...] Não se esqueçam [os pastores] da evangelização e do discipulado, preservem nosso conteúdo doutrinário e nossa identidade, isso eu peço em nome de Jesus! Não temos necessidade de copiar nada de ninguém. Deus já nos tem dado tudo o que precisamos para a expansão de nossa igreja.⁸⁹

Nascemos, orando, jejuando e ouvindo o ensino da palavra de Deus e aquela expressão retórica: Jesus salva, cura

⁸⁹ BEZERRA DA COSTA, José Wellington. “Preservem nossa identidade e doutrina”. *Mensagem da Paz*, Rio de Janeiro, ano 70, n. 1.354, 16-31 jan. 2000, p. 7.

e batiza no Espírito Santo. E a nossa identidade. Por que não mudamos? Em nossa cultura a sociedade não aceita pacificamente uma pessoa trocar seu nome, alterando sua identidade. Essa prática é comum àqueles que fogem ou se escondem da justiça. Não temos tal necessidade. Então, por que não mudamos? [...] A sociedade e a cultura se modernizaram, o desenvolvimento tecnológico tem atingido o mais alto nível. Os métodos de evangelismo são contagiantes e a mídia tem uma grande participação na formação de opiniões. Em algumas igrejas a liturgia sofreu modificações. Os cultos são “mais dinâmicos”: as palmas, as danças no espírito, o cair no espírito, as risadas no espírito, etc. são as grandes novidades dos nossos dias [...] Para alguns grupos que ainda usam o nosso nome, porém já afeados pelo mundanismo, somos os eternos antiquados, os retrógrados do ano 2000.⁹⁰

Por tudo isso, podemos perceber que as “relações objetivas”,⁹¹ do “campo religioso”, que Pierre Bourdieu compara às relações de mercado, pressionaram a AD a se adequar às novas exigências de um campo cada vez mais concorrencial. Reordenando e reinterpretando, os *especialistas*⁹² da AD conseguiram readequar vários aspectos que eram considerados basilares na formação da identidade assembleiana para enfrentar os desafios que se apresentavam à Igreja no século XXI. Sobre o processo de construção das identidades em diferentes grupos, Roger Chartier afirmou:

A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como êxito (ou fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada).⁹³

⁹⁰ BEZERRA DA COSTA, José Wellington. “Por que não mudamos”. **Mensageiro da Paz**, Rio de Janeiro, ano LXV, n. 1.361, 1-15 mai. 2000, p. 2.

⁹¹ BOURDIEU, Pierre, op. cit., 2004, p. 66.

⁹² BOURDIEU, Pierre, op. cit., 1992, p. 39.

⁹³ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude.

Num momento de acentuada correlação de forças, a AD mudou suas *representações* sobre o “certo” ou “errado” em busca de constituir novas *práticas* que permitissem a reafirmação de uma *identidade* assembleiana. Identidade essa que fosse partilhada por todos e que operasse no sentido de unir seus membros e de prepará-los para o constante trabalho de conquista de novos fiéis. A liderança da AD conseguiu, ainda que de maneira tensa, municiar a Igreja para enfrentar os desafios do século XXI, acatando muitas das “estratégias” dos movimentos religiosos que outrora eram alvos de “críticas”.

Resumo: Este artigo analisa as ações doutrinárias da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério Missão de Belém – na década de 1990, momento de desenvolvimento do projeto de crescimento das Assembleias de Deus, denominado “Década da Colheita”. Para tanto, buscou-se situar esta instituição no campo religioso brasileiro e apreender como ela montou suas táticas em resposta às pressões sociais sofridas na década de 1990. Por fim, foram analisadas as *representações* da liderança assembleiana sobre os “usos e costumes” praticados na instituição no momento de desenvolvimento do projeto “Década da Colheita”.

Palavras-chave: Movimento Pentecostal. Assembleia de Deus. Mudanças Doutrinárias. Projeto “Década da Colheita”.

Abstract: This article analyzes the doctrinal actions of the Pentecostal church Assembly of God – Mission of Belém Ministry – in the 1990s, when the growth project of the Assemblies of God known as Decade of Harvest was developed. To this end, we sought to place this institution in the Brazilian religious field and understand how it developed its tactics in response to the social pressures experienced in the 1990s. Finally, we analyzed the representations of the Assemblies’ leaderships regarding the “uses and habits” of

the institution during the development period of the “Decade of Harvest” project.

Keywords: Pentecostal movement. Assembly of God. Doctrinal changes. “Decade of Harvest” project.

Artigo recebido para publicação em 29/11/2010

Artigo aprovado para publicação em 08/02/2011